

1 Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 31 de dezembro de 2012 60,97% das ações da sociedade. Os 39,03% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 31 de dezembro 2012 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa 36; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de cerca de 50% da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop, atualmente administra uma loja em Belo Horizonte; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. É a única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e conta com 110 lojas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo reavaliado” que ocorreu em 2006 para terrenos, edificações e benfeitorias. Os ativos e passivos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa 3.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas juntas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

2.2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia em empresas controladas é como segue:

	Percentual do capital	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Portobello América, Inc.	100,00	100,00
PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e resultados dos exercícios apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Controladora	127.119	81.790	65.664	24.343
Reversão do lucro não realizado	-	-	-	38
Consolidado sem a participação dos não controladores	127.119	81.790	65.664	24.381

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a

parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.2.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

2.3 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda de apresentação e moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das informações consolidadas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro.

c) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Ativos Financeiros

2.6.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "contas a receber de clientes", bem como "caixa e equivalentes de caixa".

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

d) Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia possui uma operação de derivativo na modalidade Lei 4.131 Trade Exportador com *Swap* que está classificada no passivo não circulante, atrelada ao grupo de empréstimos e financiamentos, conforme notas explicativas 8 e 22.

2.8 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
 - iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
 - v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
-

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

2.11 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

2.12 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

2.13 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa 18).

2.14 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	33
Máquinas e equipamentos	14
Móveis e utensílios	10
Computadores	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa 19).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.15 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear, mencionadas na nota explicativa 20, levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

	Anos
Softwares	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	Indefinida
Sistema de gestão	(a)

(a) Ativo intangível em formação e sua vida útil ainda será definida.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos

não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de dezembro de 2012 estão próximos do valor justo.

2.16 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos”, e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa 19.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.17 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.18 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

2.20 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

2.21 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.22 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os

rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável. A participação nos resultados é registrada no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

c) Incentivo de longo prazo (ILP)

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a entidade recebe serviços dos empregados como contraprestação por caixa ou ações da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções (caixa ou pagamento em ações), é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa 29). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

2.23 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa 30.

2.24 Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

2.25 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.26 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.27 Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa 36.

2.28 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido.
 - IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.
 - O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.
 - IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.
 - IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.
 - IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o
-

uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

A administração ainda avaliará o impacto total dessas normas e alterações de normas, mas não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

3.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 28.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento em agosto de 2011 e março de 2013 de parte dos haveres em favor da Companhia correspondente respectivamente à primeira e segunda parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposição contratual.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa 22(h). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber	18.183	13.782	18.183	13.782
Créditos com controladas	41.839	38.405	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(41.496)	(38.582)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(22.205)	(9.631)	(22.205)	(9.631)
Empréstimos e financiamentos	(48.006)	(44.347)	(48.006)	(44.347)
Comissões	(815)	(703)	(815)	(703)
Passivos líquidos expostos	(52.500)	(41.076)	(52.843)	(40.899)

		Em moeda estrangeira			
		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber	euro	176	77	176	77
Fornecedores, líquido de adiantamentos	euro	(1.305)	(1.619)	(1.305)	(1.619)
Empréstimos e financiamentos	euro	(265)	(441)	(265)	(441)
Comissões	euro	(23)	(8)	(23)	(8)
		(1.417)	(1.991)	(1.417)	(1.991)
Contas a receber	dolar	6.907	6.451	6.907	6.451
Créditos com controladas	dolar	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(20.306)	(20.568)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	dolar	(9.145)	(3.036)	(9.145)	(3.036)
Empréstimos e financiamentos - FINIMP	dolar	(16.143)	(12.980)	(16.143)	(12.980)
Empréstimos e financiamentos - Outros	dolar	(7.000)	(10.089)	(7.000)	(10.089)
Comissões	dolar	(372)	(386)	(372)	(386)
		(25.585)	(20.134)	(25.753)	(20.040)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a cerca de 12 meses de suas exportações, dispondo, portanto, de “*hedge*”, natural em seu fluxo de caixa.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora								
31 de dezembro de 2012					31 de dezembro de 2011			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	74.667	917	120.541	22.029	79.562	38	98.105	20.731
Entre um e dois anos	17.507	1.274	-	26.377	31.133	-	-	36.722
Entre dois e cinco anos	72.356	209	-	28.251	10.860	-	-	26.394
Acima de cinco anos	2.290	-	-	54.933	1.632	-	-	60.120
Total	166.820	2.400	120.541	131.590	123.187	38	98.105	143.967

Consolidado								
31 de dezembro de 2012					31 de dezembro de 2011			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	74.667	917	121.532	22.961	79.562	38	98.597	21.773
Entre um e dois anos	17.500	1.274	-	26.809	31.068	-	-	37.953
Entre dois e cinco anos	72.328	209	-	28.404	10.838	-	-	26.538
Acima de cinco anos	3.240	-	-	55.233	2.575	-	-	60.447
Total	167.735	2.400	121.532	133.407	124.043	38	98.597	146.711

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2012 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 6,90% e TJLP de 5,50%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2012	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Operação								
Aplicações	55.215	Baixa CDI	6,90%	3.905	5,18%	2.929	3,45%	1.953
Total	55.215			3.905		2.929		1.953
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(11.872)	Alta CDI	6,90%	(819)	8,63%	(1.024)	10,35%	(1.229)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(3.428)	Alta CDI	6,90%	(237)	8,63%	(296)	10,35%	(355)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(50.354)	Alta CDI	6,90%	(3.474)	8,63%	(4.343)	10,35%	(5.212)
Empréstimos - Exim Pré-embarque TJ 462	(502)	Alta TJLP	5,50%	(28)	6,88%	(35)	8,25%	(41)
Total	(66.156)			(4.558)		(5.698)		(6.837)

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2012 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de dezembro de 2012	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	18.183	2,0435	-	2,5544	4.546	3,0653	9.092
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(22.205)	2,0435	-	2,5544	(5.551)	3,0653	(11.103)
Empréstimos e financiamentos	(48.006)	2,0435	-	2,5544	(12.002)	3,0653	(24.003)
Comissões	(815)	2,0435	-	2,5544	(204)	3,0653	(408)
Passivos líquidos expostos	(52.843)	2,0435	-	2,5544	(13.211)	3,0653	(26.422)

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Empréstimos e financiamentos	165.600	118.954	166.515	119.810
Parcelamento de obrigações tributárias	131.590	143.967	133.407	146.711
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(56.576)	(8.091)	(58.870)	(10.065)
Créditos com outras pessoas ligadas	(100.398)	(93.780)	(100.398)	(93.780)
Dívida líquida	140.216	161.050	140.654	162.676
Total do patrimônio líquido	127.119	81.790	127.127	81.798
Total do capital	267.335	242.840	267.781	244.474
Índice de alavancagem financeira (%)	52	66	53	67

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 13.913 em 31 de dezembro de 2012.

5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	56.576	8.091	58.870	10.065
Contas a receber de clientes	137.626	104.303	142.678	107.867
Depósitos judiciais	8.457	7.924	8.494	7.961
Recebíveis da Eletrobrás	36.819	31.059	36.819	31.059
Total	239.478	151.377	246.861	156.952
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	120.122	97.488	121.113	97.980
Empréstimos e financiamentos	165.600	118.954	166.515	119.810
Parcelamento de obrigações tributárias	131.590	143.967	133.407	146.711
Total	417.312	360.409	421.035	364.501

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de créditos de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P):

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1	13.673	14.018	14.173	14.628
Grupo 2	121.291	87.350	125.725	91.148
Grupo 3	3.571	5.746	3.701	5.996
Total	138.535	107.114	143.599	111.772
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (não considerar dinheiro em caixa)				
AAA (bra)	56.080	6.169	58.044	7.654
AA+ (bra)	1	116	1	120
AA- (bra)	238	1.163	238	1.166
BBB	141	-	151	-
Outros	116	643	420	1.125
Total	56.576	8.091	58.854	10.065
Empréstimos para partes relacionadas				
Grupo 3	1.945	896	-	-
Total	1.945	896	-	-

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Conta corrente	3.155	8.091	3.655	10.065
Aplicações financeiras	53.421	-	55.215	-
Total	56.576	8.091	58.870	10.065

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimentos, cuja rentabilidade média do fundo em 2012 foi equivalente a 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento.

8 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo

circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% a.a. pré fixado, mas com *Swap* para CDI detalhado no item (a) e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. Esta operação está classificada no passivo não circulante, atrelada ao grupo de empréstimos e financiamentos. As amortizações são semestrais com início em dezembro de 2014.

a) *Swap* de taxa de juros

Os valores de referência (notional) do contrato de *Swap* de taxas de juros, ao final do exercício de 2012 correspondem a R\$ 50.000 à taxa de CDI+1,60% a.a. As amortizações são semestrais, portanto até esta data não ocorreram.

O risco da operação foi registrado no ativo circulante e a parcela reconhecida no resultado em 31 de dezembro de 2012, totaliza um ganho de R\$ 39 (vide nota 35).

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - mercado interno	118.935	92.074	123.999	96.732
Clientes - mercado externo	18.183	13.782	18.183	13.782
	137.118	105.856	142.182	110.514
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.417	1.258	1.417	1.258
	1.417	1.258	1.417	1.258
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(882)	(2.728)	(894)	(3.822)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(27)	(83)	(27)	(83)
	(909)	(2.811)	(921)	(3.905)
Total	137.626	104.303	142.678	107.867

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2011	2.728	3.822
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	418	310
Contas a receber baixadas durante o exercício como incobráveis	(2.264)	(3.238)
Em 31 de dezembro de 2012	882	894

Acredita-se que a provisão é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação *impaired* e não *impaired*

	Controladora							
	31 de dezembro de 2012	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *	31 de dezembro de 2011	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *
A vencer	125.911	125.700	-	211	97.280	96.851	-	429
Vencidos até 30 dias	10.846	-	10.834	12	6.551	-	6.529	22
Vencidos de 31 a 90 dias	759	-	727	32	609	-	502	107
Vencidos de 91 a 360 dias	819	-	307	512	917	-	504	413
Vencidos há mais de 360 dias	200	-	85	115	1.757	-	-	1.757
Total	138.535	125.700	11.953	882	107.114	96.851	7.535	2.728

* Para constituição das duplicatas *impaired* considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2012	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *	31 de dezembro de 2011	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *
A vencer	130.850	130.639	-	211	100.467	100.038	-	429
Vencidos até 30 dias	10.918	-	10.906	12	6.622	-	6.600	22
Vencidos de 31 a 90 dias	760	-	728	32	609	-	502	107
Vencidos de 91 a 360 dias	871	-	347	524	1.979	-	810	1.169
Vencidos há mais de 360 dias	200	-	85	115	2.095	-	-	2.095
Total	143.599	130.639	12.066	894	111.772	100.038	7.912	3.822

* Para constituição das duplicatas *impaired* considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa 22. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2012, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 63.229 (R\$ 38.606 em 31 de dezembro de 2011).

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Produtos acabados	96.460	76.693	96.636	77.888
Produtos em processo	7.826	8.777	7.826	8.777
Matérias-primas e materiais de consumo	11.174	7.412	11.174	7.412
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(5.505)	(7.895)	(5.568)	(9.090)
Importações em andamento	9.977	5.566	9.977	5.566
Total	119.932	90.553	120.045	90.553

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante				
ICMS	530	389	540	389
IPI (a)	820	892	820	892
IRRF/CSRF	23	-	23	4
IRPJ/CSLL	-	699	459	1.152
Outros	77	101	222	245
Total	1.450	2.081	2.064	2.682
Não circulante				
ICMS sobre ativo imobilizado	1.682	1.762	1.682	1.762
Total	1.682	1.762	1.682	1.762

a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, foi pela quarta vez prorrogada, conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e será mantida até 31 de dezembro de 2013. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

12 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2012, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 100.398 (R\$ 93.780 em 31 de dezembro de 2011) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, com efeito, a Companhia recebeu em agosto de 2011 o valor de R\$ 8.505 referente à primeira parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposto em contrato. **Já a segunda parcela no valor de R\$ 9.824, a Companhia recebeu neste mês de março/2013.**

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

13 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Cível	43	-	43	-
Trabalhista	6.450	5.994	6.487	6.031
Tributária	1.964	1.930	1.964	1.930
Total	8.457	7.924	8.494	7.961

14 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contabilidade apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% a.a. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contabilidade da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contabilidade da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais". O valor do ativo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 36.819 (R\$ 31.059 em 31 de dezembro de 2011).

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O regime tributário da Companhia é lucro real anual, desta forma, durante o exercício social os pagamentos por estimativa são registrados no passivo circulante em contas redutoras dos valores de IRPJ e CSLL a pagar. Esta forma de contabilização foi adotada a partir de 2012, sendo que em 2011 os pagamentos por estimativa foram registrados no ativo circulante.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda	-	513	413	919	(2.564)	(63)	(3.045)	(435)
Contribuição social	-	186	46	233	(924)	-	(1.097)	(106)
Total	-	699	459	1.152	(3.488)	(63)	(4.142)	(541)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	24.867	25.280
Prejuízos fiscais	-	6.477
Diferenças temporárias ativas	24.867	18.803
Portobello previdência	(246)	(244)
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.377	2.998
Provisão para contingências	6.126	5.446
Provisão para PIS c/ base reduzida do ICMS	1.992	1.454
Provisão para COFINS c/ base reduzida do ICMS	9.179	6.702
Provisão para devedores duvidosos	300	928
Provisão para PPR	1.775	-
Provisão incentivo de longo prazo (ILP)	740	-
Outras diferenças temporárias ativas	2.624	1.519
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(41.176)	(40.973)
Diferenças temporárias passivas	(41.176)	(40.973)
Realização da reserva de reavaliação	(17.933)	(18.470)
Recebíveis da Eletrobrás	(12.518)	(10.560)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(4.376)	(4.020)
Ajuste a valor presente - Prodec	(1.231)	(1.452)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(142)	(210)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.639)	(4.778)
Variações cambiais pelo regime de caixa	(337)	(1.483)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(16.309)	(15.693)

O cronograma da utilização dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporais, é como segue:

	Controladora e Consolidado			
	Impostos diferidos			
	Ativo		Passivo	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
2012	5.007	11.433	(568)	(537)
2013	1.054	2.669	(17.604)	(15.328)
2014	12.557	9.000	(568)	(537)
2015	1.300	1.089	(568)	(537)
2016	1.300	1.089	(568)	(537)
Mais de 5 anos	3.649	-	(21.300)	(23.497)
	24.867	25.280	(41.176)	(40.973)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2012 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2011	(15.693)
Prejuízos fiscais	(6.477)
Diferenças temporárias ativas	6.064
Diferenças temporárias passivas	(740)
Reserva de reavaliação	537
Em 31 de dezembro de 2012	(16.309)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	Acumulado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Debitado (creditado) ao resultado	
Ativo de imposto diferido		
Prejuízos fiscais	(6.477)	(2.475)
Portobello previdência	(1)	(834)
Provisão para ajuste a valor de mercado	(622)	(66)
Provisão para contingências	680	(122)
Provisão para PIS c/ base reduzida do ICMS	538	518
Provisão para COFINS c/ base reduzida do ICMS	2.477	2.388
Provisão para devedores duvidosos	(628)	119
Provisão para PPR	1.775	(946)
Provisão para incentivo de longo prazo (ILP)	740	-
Provisão para contingência crédito prêmio IPI pós 90 - SIMAB	-	(1.896)
Outras diferenças temporárias ativas	1.108	(715)
Total	(410)	(4.029)
Realização da reserva de reavaliação	537	537
Recebíveis da Eletrobrás	(1.958)	(1.676)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(357)	(419)
Ajuste a valor presente - Prodec	221	(680)
Ajuste a valor presente de fornecedores	67	(195)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	139	-
Variações cambiais pelo regime de caixa	1.145	5.763
Total	(206)	3.330
	(616)	(699)

A Companhia não possui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos resultantes de prejuízos fiscais não reconhecidos.

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(23.091)	(5.752)	(29.408)	(11.465)
Total do imposto corrente	(23.091)	(5.752)	(29.408)	(11.465)
Imposto diferido				
Geração e reversão de diferenças temporárias	(616)	(699)	(616)	(699)
Total do imposto diferido	(616)	(699)	(616)	(699)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(23.707)	(6.451)	(30.024)	(12.164)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro antes do imposto	89.371	30.794	95.172	37.102
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(30.386)	(10.470)	(32.358)	(12.614)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	3.531	3.410	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	831	435	583	363
Depreciação de ativos reavaliados	(537)	(537)	(537)	(537)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	3.470	1.011	2.904	924
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(616)	(699)	(616)	(699)
Ajuste de IRPJ e CSLL - benefício Lei do Bem (a)	-	399	-	399
Encargo fiscal	(23.707)	(6.451)	(30.024)	(12.164)

16 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 12.872 (R\$ 11.823 em 31 de dezembro de 2011).

17 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nºs 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Estes processos encontram-se em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem e não foram reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente.

18 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de quatro empresas e os investimentos estão registrados no ativo permanente sob a rubrica “Participação em controladas” e no passivo como “Provisão para perda em investimentos”.

	Investimentos	Provisão perda em investimentos
Em 31 de dezembro de 2011	480	(43.202)
Participação no resultado	11.073	(687)
Variações cambiais	-	(3.441)
Dividendos propostos	(11.073)	-
Em 31 de dezembro de 2012	480	(47.330)
Parcela do circulante	-	41.496
Parcela do não circulante	480	5.834

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do exercício é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2011						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	592	39.174	586	(548)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.237	4.802	179	(255)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	6.076	5.596	42.907	10.940
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	451	1.506	1.981	(109)
Em 31 de dezembro de 2012						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	355	41.851	425	527
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.498	6.426	1.115	(1.363)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	8.813	8.333	51.530	11.073
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	457	1.363	2.168	149

b) Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um saldo de R\$ 198 (R\$ 198 em 31 de dezembro de 2011), referente à participação de 11,72% na empresa INFRAGÁS - Infraestrutura de Gás para a Região Sul S/A, com o objetivo específico de viabilizar a implantação da infraestrutura para o fornecimento do gás natural aos estados do sul do Brasil, sendo este o principal insumo da Companhia. Este saldo somado ao Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM - registrado na controlada Mineração Portobello, representam o saldo consolidado de R\$ 215 (R\$ 215 em 31 de dezembro de 2011).

19 Imobilizado**a) Composição**

	Taxa média anual de depreciação	Controladora			Consolidado	
		31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2011
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		11.111	-	11.111	11.111	11.488
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	98.626	(15.790)	82.836	80.366	80.523
Máquinas e equipamentos	7%	290.326	(211.340)	78.986	70.314	70.314
Móveis e utensílios	10%	8.305	(7.354)	951	1.026	1.156
Computadores	20%	13.450	(11.834)	1.616	1.389	1.406
Outras imobilizações	20%	219	(189)	30	48	107
Imobilizações em andamento (a)		10.311	-	10.311	13.058	13.058
Total		432.348	(246.507)	185.841	177.312	187.056

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial da Companhia

A Administração optou por não utilizar o custo atribuído para valorização do ativo imobilizado, uma vez que este saldo está próximo do valor justo, pois a Companhia realizou a reavaliação dos bens em 2006, (vide nota explicativa 30c).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e as mesmas taxas foram mantidas de 2009 a 2012.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora						
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento
Em 31 de dezembro de 2011	11.111	80.366	70.314	1.026	1.389	48	13.058
Adições*	-	-	846	121	668	-	22.560
Transferências	-	5.291	19.669	18	-	-	(24.978)
Depreciação	-	(2.821)	(11.843)	(214)	(441)	(18)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	(329)
Em 31 de dezembro de 2012	11.111	82.836	78.986	951	1.616	30	10.311

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento
Em 31 de dezembro de 2011	11.488	80.523	70.314	1.156	1.406	107	13.058
Adições*	-	-	846	129	709	-	23.450
Transferências	-	5.291	19.669	18	-	-	(24.978)
Depreciação	-	(2.829)	(11.843)	(242)	(447)	(18)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	(751)
Em 31 de dezembro de 2012	11.488	82.985	78.986	1.061	1.668	89	10.779

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Custo dos produtos vendidos	13.898	14.253	13.898	14.253
Despesa comercial	950	840	988	887
Despesa administrativa	489	372	493	372
Total	15.337	15.465	15.379	15.512

20 Intangível

a) Composição

	Controladora				Consolidado		
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	12.358	(12.047)	311	451	311	451
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(550)	450	650	457	659
Marcas e patentes		150	-	150	150	152	152
Fundo de comércio		-	-	-	-	190	80
Sistema de gestão (a)		14.221	(12)	14.209	3.407	14.209	3.407
Total		27.729	(12.609)	15.120	4.658	15.319	4.749

(a) Refere-se aos gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, também denominado Sistema de Gestão da Cadeia de Valor, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor. Os gastos serão amortizados mediante conclusão das aquisições e implementações de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia. Parte do Sistema de gestão que se refere ao WMS já iniciaram as amortizações.

b) Movimentação do intangível

	Controladora				
	Softwares	Direito de exploração de jazidas	Marcas e patentes	Sistema de gestão	Total
Em 31 de dezembro de 2011	451	650	150	3.407	4.658
Adições*	-	-	-	10.814	10.814
Amortizações	(140)	(200)	-	(12)	(352)
Em 31 de dezembro de 2012	311	450	150	14.209	15.120

	Consolidado					
	Softwares	Direito de exploração de jazidas	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Sistema de gestão	Total
Em 31 de dezembro de 2011	451	659	152	80	3.407	4.749
Adições*	-	-	-	210	10.814	11.024
Amortizações	(140)	(202)	-	-	(12)	(354)
Baixas	-	-	-	(100)	-	(100)
Em 31 de dezembro de 2012	311	457	152	190	14.209	15.319

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Custo dos produtos vendidos	241	252	243	256
Despesa comercial	14	2	14	14
Despesa administrativa	97	136	97	136
Total	352	390	354	406

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2013	2014	2015	2016	2017
Softwares	116	68	48	40	39
Direito de exploração de jazidas	203	202	52	-	-
Sistema de gestão (a)	2.368	3.158	3.158	3.158	2.367
Total	2.687	3.428	3.258	3.198	2.406

(a) Plano de amortização baseado na estimativa da conclusão das aquisições e implementações.

Os itens marcas e patentes e fundo de comércio no total de R\$ 342 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Fornecedores	120.541	98.105	121.532	98.597
Mercado interno	98.292	88.463	99.283	88.955
Mercado externo	22.249	9.642	22.249	9.642
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(419)	(617)	(419)	(617)
Total	120.122	97.488	121.113	97.980

22 Empréstimos e financiamentos

	Vencimentos	Encargos 2012	Controladora		Consolidado	
			31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"		VC+5,44 a.a. ¹	5.877	4.278	5.877	4.278
Pré-pagamento e Adiantamento de contrato de câmbio (a)		VC+5,68% a.a. ¹	2.640	5.769	2.640	5.769
FINIMP (b)		VC+2,78% a.a. ¹	36.814	24.349	36.814	24.349
Total moeda estrangeira		VC + 3,29% a.a.	45.331	34.396	45.331	34.396
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (c)		12,80% a.a.	502	2.014	502	2.014
FINEP (d)		5,25% a.a.	2.966	1.992	2.966	1.992
Nota de Crédito de Exportação (e)		9,44% a.a. ¹	12.602	7.053	12.602	7.053
Lei nº 4.131 (f) - (nota 8)		1,60% a.a. + CDI	354	11.111	354	11.111
Arrendamento financeiro (g)		10,06% a.a.	917	38	917	38
Antecipação de Títulos de Crédito		-	-	5.489	-	5.489
Capital de giro		9,95% a.a. ¹	10.957	17.507	10.957	17.507
PRODEC (h)		4,00% + UFIR	1.955	-	1.955	-
Total moeda nacional		8,93% a.a.	30.253	45.204	30.253	45.204
Total do circulante			75.584	79.600	75.584	79.600
Não circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"	Out/2016	VC+6,21% a.a. ¹	2.675	7.610	2.675	7.610
Pré-pagamento (a)	Dez/2013		-	2.341	-	2.341
Total moeda estrangeira		VC + 6,21% a.a.	2.675	9.951	2.675	9.951
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (c)	Mar/2013		-	500	-	500
FINEP (d)	Set/2018	5,25% a.a.	13.926	11.285	13.926	11.285
Nota de Crédito de Exportação (e)	Mar/2013		-	3.333	-	3.333
Lei nº 4.131 (f) - (nota 8)	Dez/2017	1,60% a.a. + CDI	50.000	-	50.000	-
Arrendamento financeiro (g)	Mai/2015	10,02% a.a.	1.483	-	1.483	-
PRODEC (h)	Mar/2016	4,00% a.a. + UFIR	21.932	9.952	21.932	9.952
Capital de giro	Mar/2017		-	4.333	915	5.189
Total moeda nacional		6,88 % a.a.	87.341	29.403	88.256	30.259
Total do não circulante			90.016	39.354	90.931	40.210
Total			165.600	118.954	166.515	119.810

¹ Taxa média

VC - Variação Cambial

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

a) Pré-pagamento e adiantamento de contrato de câmbio – A Companhia celebrou contratos de pré-pagamento no montante de US\$ 10,431 em 2010 e 2011. Os contratos tem prazo de até 30 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e Portobello S.A.

b) FINIMP (conjunto de linhas de crédito especiais para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos, e serviços) - De Julho de 2012 a Dezembro de 2012, a Companhia celebrou vários contratos de FINIMP, no valor de R\$ 36.815 com taxa média de 2,78 % a.a, prazo médio de 6 meses, sendo os pagamentos efetuados nos finais dos contratos. Para estes contratos foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, na média de 38% do saldo devedor do contrato.

c) Exim Pré-embarque TJ 462 (modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para produção de produtos destinados a exportação) - Em abril de 2010, a Companhia celebrou contrato de "BNDES – exim Pré-embarque TJ-462" no valor de R\$ 4.000 com juros de TJLP acrescida de 6,80% a.a. O prazo é de 3 anos, dividido em um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

d) FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010. Em dezembro de 2012, foi liberada a segunda parcela, no montante de R\$ 5.572. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 3% a.a.

e) NCE – Nota de Crédito de Exportação – Em maio de 2012, a Companhia celebrou contratos de NCE junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 15.000, com juros de 9,24% a.a, com vencimento em 5 parcelas, sendo a primeira em 14 de julho de 2012, a segunda em 14 de outubro de 2012, a terceira em 14 de janeiro de 2013, a quarta em 15 de abril de 2013 e a última em 14 de julho de 2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 114% do saldo devedor do contrato.

f) Lei nº 4.131 Trade Exportador com Swap para CDI – Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou um contrato no valor de R\$ 50.000 com prazo de pagamento em 60 meses e carência de 24 meses. As amortizações são semestrais (nota explicativa 8) e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

g) Arrendamento Financeiro – Em maio de 2012, a Companhia celebrou um contrato de leasing junto ao SG Equipment Finance S.A no valor de R\$ 2.418 milhões com juros de 10,90% a.a. e prazo de 36 meses. Em julho de 2012, a Companhia celebrou um contrato de leasing junto a Hewlett Packard HP no valor de R\$ 450 mil com juros de 0,4578% a.m. e prazo de 36 meses. Para ambos os contratos foram dados como garantias os bens financiados.

h) PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a média do capital de giro circulante, 9,69% ao ano.

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 31 de dezembro de 2012, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa 9) e de controlada (nota explicativa 42), aval dos controladores e de controlada. Neste trimestre não foram dados em garantia, estoques de produtos acabados.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
2013		19.128		19.128
2014	18.055	8.957	18.055	8.957
2015	25.580	5.254	25.580	5.254
2016	26.963	2.580	26.963	2.580
2017	17.217	1.963	17.217	1.963
2018	2.201	1.472	3.116	2.328
Total	90.016	39.354	90.931	40.210

A exposição dos empréstimos a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Seis meses ou menos	41.834	33.485
Seis a 12 meses	5.142	19.164
Um a cinco anos	58.719	37.550
Acima de cinco anos	915	856
Total	106.610	91.055

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Reais	117.594	74.607	118.509	75.463
Euros	714	1.074	714	1.074
Dólares dos Estados Unidos	47.292	43.273	47.292	43.273
Total	165.600	118.954	166.515	119.810

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 6,26% (8,71% em 31 de dezembro de 2011).

As obrigações de arrendamento financeiro estão descritas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos		
Menos de um ano	1.107	39
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.592	-
Total	2.699	39
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(299)	(1)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	2.400	38
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	917	38
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.483	-
Total	2.400	38

23 Parcelamento de obrigações tributárias

		Pedido de parcelamento		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Obrigações fiscais					
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	26	6.302	8.987
	IPI	Dez/09	26	4.281	6.083
	PIS	Mar/09	17	178	310
	COFINS	Mar/09	17	820	1.426
	IRPJ	Mar/09	17	1.301	2.265
	CSLL	Mar/09	17	484	842
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	145	118.224	124.054
Total da Controladora				131.590	143.967
Parcela do circulante				22.029	20.731
Parcela do não circulante				109.561	123.236
PBTech Ltda.	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	-	-	169
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	25	507	735
	COFINS	Mar/09	17	61	107
	IRPJ	Mar/09	17	472	821
	CSLL	Mar/09	17	171	298
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	145	606	614
Total das Controladas				1.817	2.744
Total do Consolidado				133.407	146.711
Parcela do circulante				22.961	21.773
Parcela do não circulante				110.446	124.938

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Vencimento				
2012	-	20.731	-	21.773
2013	22.031	20.869	22.962	21.742
2014	16.958	15.852	17.341	16.211
2015 a 2023 (*)	84.753	79.182	85.214	79.614
2024	7.848	7.333	7.890	7.371
Total	131.590	143.967	133.407	146.711

(*) Em dezembro de 2012 e dezembro de 2011 respectivamente, as parcelas anuais agrupadas serão de R\$ 9.417 e R\$ 8.798 para a Controladora e R\$ 9.468 e R\$ 8.846 para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 1.185 sem atraso superior a três meses, bem como efetiva a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa 16.

24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 (vide nota explicativa 33) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Duta Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa 16. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento.

Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 26.108 em 31 de dezembro de 2012, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa 17.

25 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
IRRF	1.188	1.034	1.397	1.225
ICMS	3.551	1.985	3.552	1.985
PIS	304	116	365	158
COFINS	1.399	533	1.680	727
Outros	103	93	251	218
Total	6.545	3.761	7.245	4.313

26 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões são suficientes para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Cíveis	4.533	4.416	4.575	4.488
Trabalhistas	11.288	9.654	11.288	9.654
Tributárias	35.051	25.935	35.051	25.935
Total	50.872	40.005	50.914	40.077
Circulante	1.288	988	1.322	1.015
Não Circulante	49.584	39.017	49.592	39.062

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2011	4.416	9.654	25.935	40.005
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	955	2.587	9.116	12.658
Provisões adicionais	1.157	1.833	7.125	10.115
Reversões por não utilização	(920)	(883)	-	(1.803)
Decomposição do desconto	-	37	-	37
Atualização monetária (nota explicativa 33)	718	1.600	1.991	4.309
Reversões por realização	(838)	(953)	-	(1.791)
Em 31 de dezembro de 2012	4.533	11.288	35.051	50.872

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2011	4.488	9.654	25.935	40.077
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	994	2.709	9.547	13.250
Provisões adicionais	1.221	1.955	7.556	10.732
Reversões por não utilização	(951)	(883)	-	(1.834)
Decomposição do desconto	-	37	-	37
Atualização monetária (nota explicativa 33)	724	1.600	1.991	4.315
Reversões por realização	(907)	(1.075)	(431)	(2.413)
Em 31 de dezembro de 2012	4.575	11.288	35.051	50.914

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 112 ações cíveis (102 ações em 31 de dezembro de 2011), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa 13).

Os passivos contingentes de natureza cível são relacionados na nota explicativa 27.

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 281 reclamações trabalhistas (70 reclamações em 31 de dezembro de 2011), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa 13).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Os passivos contingentes relacionados estão evidenciados na nota explicativa 27.

Tributárias

a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia impetrante afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando a impetrante ao recolhimento da contribuição. Entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas. Pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2012 soma R\$ 2.197 (R\$ 1.948 em 31 de dezembro de 2011).

b) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo.

Os saldos das provisões para contingências tributárias referentes à exclusão da base de cálculo do ICMS nas contribuições do PIS e da COFINS em 31 de dezembro de 2012 somam R\$ 32.854 (R\$ 23.987 em 31 de dezembro 2011).

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no período.

27 Passivo contingente

De acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes. Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Cíveis	927	767	967	787
Trabalhistas	10.839	9.323	10.839	9.323
Total	11.766	10.090	11.806	10.110

Estes processos são classificados como passivos contingentes porque não é provável a condenação da Companhia. E, em consequência, não será necessária a saída de recursos para liquidar as obrigações.

28 Benefícios a empregados

28.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 01 de novembro de 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 43 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 2.918 (R\$ 3.118 em 31 de dezembro de 2011) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

A avaliação atuarial, atualizada até 31 de dezembro de 2012, apresenta um superávit R\$ 3.641 (superávit de R\$ 3.837 em 31 de dezembro de 2011), o qual está registrado no ativo não circulante, sob a rubrica de "Ativo atuarial" e os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Valor justo dos ativos do plano	56.984	42.305
Valor presente das obrigações financiadas	(53.343)	(38.468)
Ativo (passivo) atuarial líquido	3.641	3.837

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2011	42.305	39.270	Em 31 de dezembro de 2011	38.468	37.506
Benefícios pagos no ano	(786)	(1.103)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.606	1.446
Contribuições participante vertidas no ano	792	870	Juros sobre obrigação atuarial	3.403	3.855
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	1.577	1.589	Benefícios pagos no ano	(786)	(1.103)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	3.743	4.036	Obrigações - (ganho) ou perda	10.652	(3.236)
Ativos - ganho ou (perda)	9.353	(2.357)			
Em 31 de dezembro de 2012	56.984	42.305	Em 31 de dezembro de 2012	53.343	38.468

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia registrou perda atuarial de R\$ 1.299 (R\$ 879 em 31 de dezembro de 2011) como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ganho (perda) nas obrigações atuariais	(10.652)	3.236
Ganho (perda) nos ativos do plano	9.353	(2.357)
Ganho (perda) atuarial	(1.299)	879

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais", referente resultado da gestão dos ativos são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.606)	(1.446)
Juros sobre as obrigações atuariais	(3.403)	(3.855)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	3.743	4.036
Contribuições de participantes no ano	792	870
Receita (despesa) líquida *	(474)	(395)

* Nota explicativa 33

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2012 uma receita de R\$ 1.577 (R\$ 1.589 em 31 de dezembro de 2011), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 33).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Econômicas e financeiras		
Taxa anual de juros	8,85% a.a. nominal (inflação+ 4,16%a.a. real)	10,28% a.a. nominal (inflação+5,53%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	8,85%	10,28%
Inflação de longo prazo	4,50%	4,50%
Projeção de crescimento salarial	6,59% a.a. (inflação+2% a.a. real)	6,59% a.a. (inflação+2% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Conjugada Álvaro Vindas	Hunter Conjugada Álvaro Vindas
Aposentadoria	Elegibilidade	Elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria		
Probabilidade de casados	100% ⁽³⁾	100% ⁽³⁾
Diferença de idade para os participantes ativos	Homem 5 anos mais velho que a mulher	Homem 5 anos mais velho que a mulher
Número de filhos dependentes	- ⁽⁴⁾	- ⁽⁴⁾
Idade dos filhos	- ⁽⁴⁾	- ⁽⁴⁾
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

⁽¹⁾ Hipótese de rotatividade: A rotatividade varia de acordo com o tempo de serviço (TS) e a faixa salarial: 0-10 SM: 0,45 / (TS+1); 10-20 SM: 0,30 / (TS+1); mais de 20 SM: 0,15 / (TS+1), onde SM corresponde ao salário mínimo vigente (R\$ 510,00 em 31/12/2010 e R\$ 465,00 em 31/12/2009)

⁽²⁾ Probabilidade de entrada em aposentadoria: 50% na primeira data de elegibilidade a Aposentadoria Antecipada, 10% por ano até a data da primeira elegibilidade a Aposentadoria Normal e 100% na data da primeira elegibilidade à Aposentadoria Normal.

⁽³⁾ Probabilidade de que, na data do óbito, será gerada uma pensão por morte para dependente vitalício.

⁽⁴⁾ Tendo em vista as disposições regulamentares, considerando-se 100% do benefício como cota familiar, optou-se por não utilizar filhos na família padrão, dada a utilização de dependente vitalício em 100% dos óbitos.

28.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Remuneração	75.664	69.546	80.902	74.693
Benefícios				
Plano de previdência	636	695	900	950
FGTS	6.753	6.160	7.061	6.530
Outros	7.852	7.467	8.132	7.702
Total	90.905	83.868	96.995	89.875

29 Incentivo de longo prazo (ILP)

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na empresa, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão.

A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda¹ e da relação entre ebitda e dívida líquida². O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade e valor dos títulos. E reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016, 2017) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia determinará a forma de pagamento, que poderá ser realizada através de valores monetários ou da outorga de ações da empresa em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

Se o pagamento for realizado através da outorga de ações deverá ser considerado o valor médio da ação no período de três meses antes da data do pagamento do incentivo. E a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012 e o valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 2.176, e R\$ 2.623 consolidado.

¹lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

² empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

30 Patrimônio líquido

a) Capital social

(valores integrais, não arredondados)

A Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 40.798.244 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em novembro de 2012, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 72.159.243,12 (setenta e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e três reais e doze centavos), passando de R\$ 112.957.487,40 (cento e doze milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos), para R\$ 40.798.244,28 (quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

A redução voluntária no capital social da Companhia aprovada pela AGE de 22 de novembro de 2012, ocorreu devido à perda patrimonial, resultando na absorção de prejuízos acumulados, amparado pelo Art. 173 da Lei 6.404/76, não havendo alteração na quantidade total de ações. Como consequência os eventuais lucros apurados a partir de então não serão mais destinados à conta de prejuízos acumulados, ficando a disposição da AGO.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de dezembro de 2012 havia 61.992.352 ações em circulação, o equivalente a 38,99% do total de ações emitidas (61.992.547 em 31 de dezembro de 2011, equivalente a 38,99% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 2012, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 3.283 conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva de lucros a destinar

A reserva de lucros a destinar no montante de R\$ 46.786 em 31 de dezembro de 2012 refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, após a destinação de 5% para reserva legal e de 25% de dividendos mínimos obrigatórios.

Os Administradores da Companhia irão propor em Assembleia Geral a destinação desta reserva para aumento de capital no montante de R\$ 5.000 em observância aos artigos 169 e 199 da Lei das Sociedades por Ações e o montante de R\$ 41.786 a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme proposta de orçamento de capital, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 também da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização da reserva de reavaliação está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, este que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondente a reserva de reavaliação de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa 15(b).

Considerando o complemento das reservas de reavaliações, estas aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 43.713 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 45.292 em 31 de dezembro de 2011), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.579 (R\$ 1.580 em 31 de dezembro de 2011), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 17.933 (R\$ 18.470 em 31 de dezembro de 2011), vide nota explicativa 15(b).

A Companhia optou por manter o saldo das reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2006 até sua total realização, em consonância com a Lei 11.638/07.

d) Prejuízo acumulado

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2011	(73.738)
Realização da reserva de reavaliação	1.579
Lucro do exercício (sem a participação dos não controladores)	65.664
Redução de capital	72.159
Reserva legal (reserva de lucro)	(3.283)
Dividendos destinados	(13.742)
Juros s/ capital próprio	(1.853)
Reserva de lucros a destinar	(46.786)
Em 31 de dezembro de 2012	-

31 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receita bruta de vendas	830.500	702.241	882.769	745.384
Deduções da receita bruta	(171.011)	(154.281)	(176.298)	(158.578)
Devoluções	(156.564)	(136.204)	(161.796)	(140.499)
Impostos sobre vendas	(14.447)	(18.077)	(14.502)	(18.079)
Receita líquida de vendas	659.489	547.960	706.471	586.806
Mercado interno	609.055	513.914	653.091	543.279
Mercado externo	50.434	34.046	53.380	43.527

32 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(18.188)	(1.028)	(18.188)	(1.028)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	226.358	201.913	224.186	200.027
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	31.719	29.627	31.719	29.627
Custo das mercadorias revendidas	129.684	86.725	131.045	88.101
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	2.565	2.672	2.565	2.672
Salários, encargos e benefícios a empregados	112.087	103.717	119.451	110.937
Mão de obra e serviços de terceiros	17.946	14.556	23.989	20.865
Amortização e depreciação	15.511	15.720	15.556	15.782
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	7.822	6.626	8.093	6.626
Comissões sobre vendas	15.114	11.927	15.135	11.927
Despesas com marketing e publicidade	6.529	7.112	11.192	10.925
Outras despesas comerciais	12.243	15.672	15.531	17.579
Outras despesas administrativas	3.066	2.618	3.269	2.740
Total	562.456	497.857	583.543	516.780

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

33 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas	2.623	3.187	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	1.031	886	1.031	886
Créditos tributários (a)	3.833	-	3.833	-
Contrato de exclusividade bancária	2.100	-	2.100	-
Consolidação parcelamento lei 11.941/09 (nota 23(a))	-	3.613	-	3.613
Atualização atuarial (nota 28.1)	1.577	1.589	1.577	1.589
Outras receitas	518	621	466	636
Total	11.682	9.896	9.007	6.724
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências trabalhistas (nota 26)	(987)	(5.110)	(1.109)	(5.110)
Provisão para contingências cíveis (nota 26)	(237)	(3.254)	(270)	(3.298)
Provisão para contingências tributárias (b)	-	-	(431)	-
Provisão para participação no resultado (c)	(7.057)	-	(8.367)	-
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 29)	(2.176)	-	(2.623)	-
Custo de ociosidade (d)	-	(3.610)	-	(3.610)
Consultoria em projeto	(17)	-	(3.759)	-
Atualização atuarial (nota 28.1)	(474)	(395)	(474)	(395)
Outras despesas	(693)	(2.202)	(1.382)	(2.618)
Total	(11.641)	(14.571)	(18.415)	(15.031)
Total líquido	41	(4.675)	(9.408)	(8.307)

(a) Créditos extemporâneos de PIS e COFINS do período de janeiro/2008 a maio/2012.

(b) Pagamento de débitos tributários referente Imposto sobre Serviço da Prefeitura Municipal de Fraiburgo.

(c) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

(d) Durante o segundo trimestre de 2011, houve a redução do volume de produção como parte de ações estratégicas da Companhia para adequar seus níveis de estoque. Desta forma parte dos custos fixos incorridos no período foram reconhecidos diretamente no resultado, a fim de não mensurar os produtos elaborados a um valor acima de seu custo normal. O tratamento contábil está de acordo com o CPC 16.

34 Outros ganhos (perdas), líquidos

A variação cambial líquida registrada no sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, individual e consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Variação cambial líquida		
Contas a receber	4.187	5.849
Fornecedores	(830)	(1.211)
Comissões	(15)	(8)
Total	3.342	4.630

35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receitas financeiras				
Juros	1.688	1.486	1.842	1.874
Descontos recebidos	288	177	350	273
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 14)	5.760	4.928	5.760	4.928
Atualização do ativo tributário (nota 16(a))	1.049	1.233	1.049	1.233
Atualização de contas a receber com partes relacionadas (nota 9)	6.604	9.189	6.604	9.189
Ganhos com operações de derivativos (nota 8)	40	-	40	-
Outros	495	747	495	872
Total	15.924	17.760	16.140	18.369
Despesas financeiras				
Juros	(14.442)	(16.325)	(14.678)	(16.530)
Encargos financeiros com tributos	(9.597)	(15.104)	(9.762)	(15.414)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(4.309)	(1.861)	(4.315)	(1.861)
Comissões e taxas de serviços	(1.557)	(1.337)	(1.582)	(1.357)
Deságios/despesas bancárias	(447)	(3.397)	(447)	(3.397)
Descontos concedidos	(1.838)	(1.260)	(1.844)	(1.270)
IOF	(653)	(1.280)	(685)	(1.284)
Pagamento de juros sobre capital próprio (nota 37)	(245)	-	(245)	-
Outros	(632)	(711)	(637)	(726)
Total	(33.720)	(41.275)	(34.195)	(41.839)
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	(3.635)	(5.777)	(3.635)	(5.777)
Total	(3.635)	(5.777)	(3.635)	(5.777)
Total líquido	(21.431)	(29.292)	(21.690)	(29.247)

36 Resultado de operações descontinuadas

Em 17 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, bem como os resultados das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são resumidos a seguir:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo			Passivo		
Circulante	355	592	Circulante	41.851	39.174
Disponibilidades	272	477	Fornecedores	-	9
Clientes	22	49	Obrigações sociais e trabalhistas	-	17
Outros	61	66	Aluguéis a pagar	12	743
			Dívidas com pessoas ligadas	41.839	38.405
			Patrimônio líquido	(41.496)	(38.582)
Total do ativo	355	592	Total do passivo	355	592

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 2012 e 2011.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa 18), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada.

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Resultado das operações descontinuadas		
Receita líquida	425	586
Custo de produtos (serviços)	(24)	(534)
Lucro bruto	401	52
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(266)	(565)
Resultado financeiro	-	(35)
Outras receitas operacionais	392	-
Resultado antes do IRPJ/CSLL	527	(548)
Resultado líquido das operações descontinuadas	527	(548)

37 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	65.664	24.343	65.664	24.381
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação	0,41	0,15	0,41	0,15
Resultado das operações continuadas	65.664	24.343	65.137	24.929
Resultado das operações descontinuadas	-	-	527	(548)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,41296	0,15309	0,40964	0,15678
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	0,00331	(0,00345)

A Companhia não possui, nem possuiu durante o exercício de 2012, ações em tesouraria. E a última emissão de ações ocorreu em 2007. Desta forma a quantidade média ponderada de ações é igual ao total que compõe o capital próprio (nota explicativa 30). Sendo que este é formado por apenas uma classe de ações ordinárias.

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

38 Dividendos e juros sobre capital próprio

A administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2012 a distribuição de parte do resultado de 2012 na forma de dividendos antecipados no montante de R\$ 5.103 e o pagamento de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, no montante de R\$ 1.853, que correspondem respectivamente a R\$ 0,03210 e R\$ 0,01122 por ações, pagos a seus acionistas em 28 de dezembro de 2012.

Para 31 de dezembro de 2012 foram destinados 25% do lucro líquido ajustado do exercício conforme Estatuto da Companhia, sendo que deste montante, deduziu-se os valores adiantados em 2012, conforme mencionado anteriormente. Essa destinação proposta será ratificada pela Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

39 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2012			Em 31 de dezembro de 2011		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	653.091	53.380	706.471	543.279	43.527	586.806
Custo dos produtos vendidos	(421.463)	(34.589)	(456.052)	(363.620)	(37.033)	(400.653)
Lucro operacional bruto	231.628	18.791	250.419	179.659	6.494	186.153
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(126.320)	(7.237)	(133.557)	(113.896)	(5.908)	(119.804)
Vendas, gerais e administrativas	(120.751)	(6.740)	(127.491)	(110.478)	(5.649)	(116.127)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(8.655)	(753)	(9.408)	(7.727)	(580)	(8.307)
Outras ganhos (perdas), líquidos	3.086	256	3.342	4.309	321	4.630
Resultado operacional antes do resultado financeiro	105.308	11.554	116.862	65.763	586	66.349
% sobre a ROL	16%	22%	17%	12%	1%	11%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

40 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente o Imobilizado em 31 de dezembro de 2012 somam o montante de R\$ 42.293, que incluem os investimentos com o projeto de grandes formatos.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes exercícios seguintes é:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Menos de um ano	367	530
Mais de um ano e menos de cinco anos	277	290
Total	644	820

41 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

	Controladora e Consolidado
	2013
Coberturas	
Incêndio/raio/explosão qualquer natureza	84.000
Danos elétricos	3.600
Tumultos	1.000
Vendaval/fumaça c/impacto de veículos	25.000
Responsabilidade civil - operações	500
Responsabilidade civil - empregador	500
Lucro cessante dec. vendaval c/impacto	16.000
Lucro cessante dec. básica	35.115

A vigência da apólice corresponde ao período de 14 de fevereiro de 2013 até 14 de fevereiro de 2014 quando a Companhia tem a intenção de celebrar um novo contrato de seguros.

42 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

		Controladora	
		Ativo (Passivo)	
Natureza		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Transações com controladas			
Portobello América, Inc.	Créditos com Controladas - Contas a receber	41.839	38.405
Portobello Shop S.A.	Dividendos a receber	2.073	477
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Créditos com Controladas - Contas a receber	3.424	2.832
	Créditos com Controladas - Mútuo	1.945	896
Mineração Portobello Ltda.	Adiantamento a fornecedores	1.207	1.232
Transações com empresas ligadas			
Refinadora Catarinense S.A.	Valores a receber	100.398	93.780
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	7	478
	Adiantamento de clientes	(1.780)	(569)
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	1.410	780
	Adiantamento de clientes	(388)	(198)
Gomes Participações Societárias Ltda.	Aluguel	-	(52)
		150.135	138.061

		Controladora	
		Receita (Despesa)	
		Acumulado	
Natureza		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Transações com controladas			
Portobello Shop S.A.	Prestação de serviços	6.115	6.100
	Custo dos serviços prestados	(3.384)	(2.923)
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Venda de produtos	429	92
Mineração Portobello Ltda.	Compra de produtos	(2.174)	(1.884)
Transações com empresas ligadas			
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Venda de produtos	15.706	12.238
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Venda de produtos	6.909	5.950
Gomes Participações Societárias Ltda.	Aluguel	(184)	(178)
		23.417	19.395

O contrato de mútuo com a controlada PBTech é remunerado pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possui vencimento em 31 de dezembro de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foram dados em garantia de empréstimos, da Controladora, recebíveis da controlada Portobello Shop. A controlada é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 22).

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

		Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)		
	Natureza	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	Natureza	Acumulado em 31 de dezembro de 2012	Acumulado em 31 de dezembro de 2011
Transações com controladas						
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Contas a receber	7	7	Royalties	-	26
Transações com empresas ligadas						
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	211	291	Royalties	4.027	3.098
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	137	81	Royalties	1.776	1.517
		355	379	5.803		4.641

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Remuneração fixa				
Salários	6.982	6.000	8.047	7.113
Honorários	2.201	1.836	3.416	3.001
Remuneração variável	3.107	2.888	4.029	3.381
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	439	444	686	668
Outros	1.032	826	1.259	1.037
Benefícios por desligamento	191	251	193	251
	<u>13.952</u>	<u>12.245</u>	<u>17.630</u>	<u>15.451</u>

* A companhia não possui benefícios de longo prazo, nem pós emprego.

A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2012 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global da Administração no montante máximo R\$ 5.100, o mesmo aprovado em 28 de abril de 2011 e também fixou a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) da remuneração dos Diretores.